

A DECLARAÇÃO

Raimundo Girão

O cântico guerreiro de Strasburgo, desde o primeiro instante, foi invocado pelos libertadores como o seu brado de coragem e fé. **Le jour de gloire...**

Passados três anos de suor e ânsia, chegava o Triunfo na sua carruagem de damascos e pedrarias.

Impossível traduzir e resumir o modo e o tamanho das vibrações de regozijo na capitalzinha de 30 mil pessoas.

Só quem viveu aquelas incendidas horas o narraria fielmente, desde as alvoradas das bandas marciais acordando de porta em porta as autoridades, o Bispo, os redatores dos jornais, os sócios da Perseverança e Porvir na rua Rocna Negra, até noite alta, com perdidos grupos a vaguear pelas ruas cansadas, como à espera de que alguma coisa viesse mais ao seu ainda não satisfeito contentamento.

Febris dias os da execução de programa esmeradamente traçado, em exageros de minúcia. Para o da véspera, para o dia glorioso que iria “abrir um ciclo épico no livro de ouro dos destinos de um povo”, para os dois crástinos de 26 e 27 não se dispunha de um só minuto para qualquer intercalação.

Nessa mesma véspera, como que introdutória, foram chamados a comungar dos festejos os indigentes da cidade, aos quais se ofereciam refeições apetitosas, “divinos ágapes da igualdade social”, sob as bênçãos de D. Joaquim José Vieira, com 58 convivas de cada vez, personificando os infelizes escravos das 58 comunas da Província. Na chácara de José Albano Filho, no Outeiro (Aldeota) outras distintas mesas enor-

mes eram servidas por Maria Tomásia e diversas damas, “heroínas da caridade”.

Outras, no Instituto Cearense de Humanidades, por Maria Pagels de Castro Chaves, auxiliada por “angélicas senhoras”.

Comensais, em número de 348, alimentaram-se do festim confraternizante. “O mendigo matou a fome e o indigente prelibou a felicidade.”

As quatro e meia da tarde efetuou-se a primeira marcha cívica, puxado à sua frente monumentoso carro alegórico, “com as suas nuvens de gaze e seda, conduzido por quatro cavalos ruços guiados a mão e elevando sobre o trono três lindas cearenses simbolizando, no esplendor do seu triunfo, a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade”. Seguiam-no os das Cearenses Libertadoras, todas vestidas de branco, flor ao cabelo, formando alas ao pé dos passeios. Na mesma ordem, atrás, os libertadores e os abolicionistas, também de branco, boné da mesma cor, mostrando no ombro esquerdo a cruz dos Cavaleiros de S. João d’Acre e à mão direita a lança encimada por miniatura da bandeira nacional.

Dois batalhões de infantaria, a banda marcial e o povo completam o préstito, que se estira e move pelos logradouros regurgitantes, iluminados “à luz simples”, por que “se reservavam para as noites de 25, 26 e 27 os esplendores e deslumbramentos da grande iluminação a **giorno** e a capricho”.

As 8 horas, no Paço da Assembléia Legislativa, “magnífico e primoroso concerto”.

E eis que surge o dia 25, anunciado pelas salvas da fortaleza e as trombetas e tiros do 11.º Batalhão e da Força Policial, esplêndida manhã de sorrisos, prateada de sol, movimentada de bandeiras e flores, como um domingo de ramos para a passagem do Messias.

A sessão solene da redenção da Província começaria às 12 horas no pavilhão armado na Praça Castro Carreira, cuidadosamente decorado.

Primeiro, dão entrada, na majestade das suas púrpuras, o Arcebispo D. Luís dos Santos e o Bispo D. Joaquim, recém-chegado ao Ceará (desembarcara fazia um mês), recebidos

com saudações calorosas pelo fremente auditório, onde se viam os cónsules dos diversos países credenciados, os jornalistas, os libertadores e mais quem pôde penetrar, rompendo os cordões de isolamento.

Oferecendo admirável contraste naquele ambiente de tantas efusões, ostentavam a sua beleza e graça as 58 representantes das cidades e vilas libertadas, trazendo as suas vestes alvas e, a tiracolo, o laço azul “onde se lia em letras de ouro o nome do município, empunhando lindos estandartes simbólicos dos ramos principais da lavoura de cada uma dessas circunscrições municipais”.

Homenageadíssima, aparece Maria Tomásia, “a incansável protetora dos cativos”; e, logo mais, alvo de consideração e palmas, o Presidente Sátiro de Oliveira Dias, que é levado à mesa. Fica-lhe à direita o Senador Castro Carreira, o Chefe de Polícia, os homens da imprensa e, à esquerda, os Prelados Católicos, o Vigário-Geral e o Corpo Consular.

Abre a sessão o ilustre governante que é aclamado sócio benemérito da Libertadora, e ao terminar o seu expressivo e caloroso discurso convida os assistentes a levantarem-se para ouvir a declaração imorredoura: **A PROVÍNCIA DO CEARÁ NÃO POSSUI MAIS ESCRAVOS!**

Não era uma lei que se decretava, era uma Declaração de Direito da Liberdade. Não se consubstanciava na letra de um diploma legal, que a tanto faltava atribuição ao Presidente da Província e até mesmo ao Legislativo Provincial. Eram palavras que se pronunciavam com o vigor e substância das frases que ficam no bronze da História.

“É indescritível então o que se passou! Aclamações gerais de prazer e entusiasmo cobriam a voz do orador; um como que delírio de alegria se apoderou de todos os ânimos.”

Comunicada pelo telefone à fortaleza de Nossa Senhora, (1) a proclamação teve eco no troar dos canhões, no repique

(1) Coube ao Sr. Carlos Monteiro de Sousa, concessionário das linhas telefônicas do Pará, a “honra e glória de dar a voz de fogo à bateria da Fortaleza de N. Senhora d’Assunção, que imediatamente salvou com 21 tiros, anunciando à Cidade e ao Oceano tão grande acontecimento”. Instalara ele previamente no pavilhão da festa o aparelho ligado à fortaleza.

alvissareiro dos sinos, no murmúrio da multidão, no descompassado pulsar do coração de todos.

Lá muito longe, fronteiras além, pelos fios do cabo submarino e do telégrafo, a mensagem de júbilo ressoava na alma dos cearenses ausentes e na de quantos brasileiros já de alma aberta às efluências salutares do abolicionismo. (2)

Depois, uma série de orações esbraseadas, como a de Antônio Martins, “conciso e imensamente feliz”, em nome da Perseverança; a de Maria Tomásia, “em frases singelas e angélicas”, pelas Cearenses Libertadoras”; a do Dr. Gonçalo de Lagos, pelos jornais **Constituição**, de Fortaleza, e **Diário de Notícias e Província do Pará**, de Belém; a do Dr. Lassance Cunha, “filho e representante da Província do Rio de Janeiro”; a do Dr. Guilherme Studart, pelo corpo de cônsules e pelo governo inglês; a do Cap. Manuel Bezerra de Albuquerque, pela Libertadora Militar e pelo 15.º Batalhão, “cujos companheiros d’arma compartilham as alegrias do triunfo”; a de João Brígido, pelo **Diário do Grão-Pará** e **Diário de Belém**; a de Confúcio Pamplona, pelo **Reform Club**; a de José Mariano da Costa Nunes, pela loja maçônica Igualdade; a de Almino Afonso, em nome de associações libertadoras nortério-grandenses; a do Padre Góis, pela Província da Bahia; a de João Lopes Ferreira Filho, pela Abolicionista Cearense da Corte; a de Antonieta Gurgel (3), pelo Município de Messejana.

Antônio Bezerra, “alma de poeta e verdadeiro bardo das campanhas abolicionistas”; Sousa Melo, “coração sempre aberto às grandes causas”; e Francisca Clotilde recitaram versos próprios e só às três e meia terminou a delirante solenidade.

(2) João Cordeiro recebeu, assinado pela Confederação Abolicionista, pela **Gazeta de Notícias** e por João Clapp, do Rio, este telegrama, além de muitos outros: “Entusiasmo geral. Concurso esplêndido do povo. A idéia da libertação do Ceará é recebida de um modo sem precedente. Todos compreendem que é a aurora da libertação geral. Glória ao Ceará!”

(3) Antonieta de Alencar Gurgel Castelo Branco, mãe do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, Presidente da República no período que se seguiu à Revolução de março de 1964.

As 5 horas oficiou-se **Te-Deum** votivo, com magistral sermão, do Padre João Augusto da Frota pedindo as graças de Deus para a Primeira Província Livre do Império Brasileiro.

No dia 26, novas e sensacionais comemorações. Recepção da Libertadora, festival da Classe dos Caixeiros, passeata do Clube Abolicionista Caixeiral, numa loucura de ovações e vivas.

A 27, o último do programa, vamos dizer da agitada orgia cívica, foram homenageados de maneira muito singular os detentos da Cadeia Pública, com a visita do Presidente da Província, do Chefe de Polícia, do Bispo Diocesano, acompanhados de comissões das sociedades libertadoras e numerosos cavalheiros e senhoras.

Cinquenta e oito detentos, personalizando as 58 divisões administrativas da Província, em cena comovente, falam pela boca do companheiro Anacleto, “a quem o dever fez mártir e a quem a justiça social reservou, como recompensa do seu louvável procedimento, as desgraças do cárcere, dizendo da sua desdita, mas confessando-se feliz por ver apagada, do chão do seu Ceará, a pegada ignominiosa do Atila da Escravidão”. — “Vivendo, como sabeis, nesta dolorosa masmorra, tropeçando a cada momento pelo peso das atribulações e angústias, não pude isentar-me de vir, em nome de meus infelizes companheiros, agradecer do íntimo d’alma o prazer que nos causastes em terdes vindo visitar esta casa de dor e deixar em nossos corações, embora amargurados, uma vivificante lembrança de tão faustoso dia.”

Quem proferia estas palavras era o futuro professor e educador Anacleto Cavalcante Pereira de Queirós. Ainda adolescente e analfabeto, voltando certa vez de uma caçada, — morava no sertão — encontrou a irmã mocinha a ser espancada por um tio que os criava a ambos, em orfandade triste. Revoltado, e depois de igualmente sofrer chicotadas do velho irritado, com a espingarda o matou em defesa incontestável. Fugiu para a Capital e desta procurou a Amazônia, ficando em Belém, onde assentou praça nas fileiras do Exército. Frequentou a escola e aprendeu.

Mas, já sargento, teve que responder a processo criminal e foi condenado a 14 anos de prisão. Ensinava na Cadeia de Fortaleza e, fora desta, acompanhado de sentinela, a rapazes e moças em seus próprios lares. Doze anos decorridos, conseguiram-lhe o indulto, porém briosamente não o aceitou.

Cumprida a sentença e já muito conhecido e estimado, fundou um pequeno colégio — o Ginásio Cearense, que transformou num dos mais reputados estabelecimentos de ensino do Ceará. Ainda hoje é lembrado o seu nome, como paradigma de mestre-escola devotado e austero.

Ao concluir, foi Anacleto cumprimentado por Sátiro Dias: “Chamei-o para apertar-lhe a mão. O poder público e a sociedade não descem, mas se elevam, apertando a mão do infortúnio.”

Por todos os recantos, crescia a exultação popular.

À tarde, cedo, começam os aprestos do desfile que encerraria tantas demonstrações de patriotismo e calor por uma causa tão enobrecedora.

Carros triunfais, os sons do hino da Libertadora, a gente nas ruas, o sorriso nos lábios, tudo era claridade naquela tarde de pesadas nuvens e trovões reboantes de um inverno que se denunciava promissor.

O carro principal, “com dezesseis palmos de comprimento sobre doze e meio de altura, era franjado de nuvens, adornado de escudos com o nome dos 58 municípios cearenses, deslumbrante de galas, sobrepujado de troféus... Parecia exceder todas as fascinações do belo, todos os deslumbramentos da grande e engenhosa criação artística do primoroso talento do nosso prezado consócio e amigo Antônio da Rosa e Oliveira” — descrevia o **Libertador**.

Ornavam-no três belas jovens — sempre o mesmo acariciado simbolismo, — caracterizando a Liberdade, a Igualdade e a Fraternidade: respectivamente, Maria de Moraes, de irradiante simpatia, “empunhando a espada como quem vinga uma afronta e reivindica um direito”; Inês Maria da Anunciação, “negra, mas formosa como a filha de Jerusalém”, cen-

tralizando os aplausos na mais autêntica encarnação da raça africana redimida; e Amélia Vieira Teófilo que, “com o porte e a majestade de uma deusa, desfraldava aos ventos o estandarte da República do Equador e parecia imprimir no coração do povo o heroísmo de seus mártires”.

Após o carro vinha o estandarte da Libertadora, guardado pelos Cavalheiros de S. João d’Acre — José Albano Filho, no centro, Cruz Saldanha, à direita, e João Tibúrcio Albano, à esquerda. Em seguida, o da Perseverança, o da Liberdade e Heroísmo, o do **Reform Club**.

Os “Anjos do Quadro de Luz”, os cônsules, as autoridades, o clero secular, a imprensa, o corpo de comércio, as associações abolicionistas e finalmente o povo formavam o lastro daquela imponente movimentação apoteótica.

Quando ao lusco-fusco a parada atingiu o seu ponto terminal — a Praça da Estação, eis que do prédio da Estrada de Ferro jogam sobre ela, em surpreendente efeito, a luz de potentes holofotes, o que levou Almino Afonso a exclamar arrebataadamente: “A noite fez-se dia e o sol nasceu do ocaso!”

“A Liberdade renovava o prodígio do Libertador da Galiléia, parava o sol no seu curso e dava ao dia da Pátria as auroras celestes da imortalidade” — escreveu um repórter testemunha do fato emocionante.

Dobrados setenta anos, ainda se sente na leitura dos jornais do tempo a mais forte impressão de entusiasmo pelo amor e veemência inquebrantáveis que dominavam aqueles nossos antepassados na defesa de direitos tão humanos.

E refira-se que as homenagens finais, já fora dos dias do programa, se voltam para a jangada, que a sublimação da cruzada acabara transformando na sua simbolização maior.

O “frágil lenho” de Alencar, vencendo as ondas dos “verdes mares”, vencera igualmente as ondas da fama, tal como esta, pelo mesmo fenômeno de psicanálise, havia de transfigurar em Dragão do Mar o Chico da Matilde.

Dessa forma sublimados, um e outro, coincidentemente àquelas mesmas horas, sulcavam envaidecidos as águas da

Guanabara e depositavam nos braços do Brasil os troféus da vitória arrebatada pela Terra da Luz!

“Foi estrondosa a repercussão do acontecimento em todo o Brasil — vamos concluir este capítulo com palavras de Sátiro Dias — e por isso mesmo a reação escravagista alçou o colo e nada poupou para o denegrir e amesquinhar. O próprio ministério se sentiu abalado pelo embate dessa reação, e eu me exonerei da presidência que deixei a 31 de maio. Descansando alguns dias na Bahia, fui ao Rio de Janeiro. Desejava ver-me acusar de perto, e queria julgar do efeito do libelo no grande centro da opinião nacional. Da condenação do governo já me não temia; porque de dois ilustres membros do gabinete recebera telegramas de aplauso à minha conduta.

“O nobre Sr. Cons. Antunes Maciel, ministro do Império, me escrevera logo a 26: ‘Felicito a V. Exa. por estar presidindo hoje uma província sem escravos e a província, pelo novo regime de trabalho que lhe é aberto pela ausência do elemento servil.’ Isto honrava o seu espírito liberal. E o Sr. Afonso Pena, Ministro da Agricultura, tendo-me telegrafado na mesma data, em tom doutrinário e esquivo, ‘que a emancipação dos escravos em uma província, guardado o respeito devido à lei e à propriedade, era um fato auspicioso para todo o império’, logo a 27, vencido pela opinião triunfante exprimia-se assim, em outro despacho: — ‘Todos os telegramas recebidos e publicados com excelente impressão. Aqui grandes festas e contentamento geral.’

“Do Imperador, que me recebeu num dos sábados tradicionais da varanda de S. Cristóvão, ouvi este expressivo conceito: — ‘O senhor fez no Ceará o que devia. Isto mesmo já disse ao Sr. Dantas!’

“O Ministério Lafayette havia caído, e o Cons. Dantas organizava o seu glorioso gabinete de 6 de junho. Fui à Câmara dos Deputados. Receberam-me, ou antes, me olharam como um indivíduo suspeito. Nesse tempo raros os que, como Joaquim Nabuco, se diziam desassombradamente abolicionistas. Alguns mais afoitos se confessavam ‘emancipadores.’ Um ano

depois ali tive assento como deputado eleito pelo Amazonas; já os abolicionistas se numeravam por algumas dezenas e a falange emancipadora havia engrossado. Isto era em 1885. “Três anos mais tarde, em 1888, a Câmara, o Senado, o Governo, tudo, tudo era abolicionista, e o Ceará estava glorificado.”